

RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE



2018

AGENDA 21 PARANÁ

Bases para o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2018

Maria Aparecida Borghetti
Governador do Estado do Paraná

Antonio Carlos Bonetti
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Agenda 21
Paraná

Valdir Donizete de Moraes
Coordenação Temática do Fórum
Coordenação Executiva do Fórum

Roberto Gava
Associação Comercial do Paraná – ACP

Maurício Barcellos Degelmann
Instituto GT3
Janaína de Fátima Chudzik
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR

Adriano V. Wild
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Ivo Sérgio Pereira Santos
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe

Maria Inês Terbeck
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Tamara Simone Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Valdir Donizete de Moraes
Associação Ambientalista Ecoforça

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação Fórum Ag21 – SEMA

Ana Gabriela Ramos da Silva
Design e Diagramação

BASES PARA O PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cada Tema Norteador foi subdividido em Eixos Temáticos, visando trabalhar cada questão de forma mais apropriada, sendo detalhado e estruturado em um roteiro para facilitar o entendimento: *Premissas, Situação Atual, Desafio e Obstáculos*.

A apresentação nesse formato busca destacar cada aspecto dos Temas Norteadores e seus diversos eixos, de forma objetiva, direta e de fácil entendimento.

No âmbito das *Premissas* apresentadas o documento define o alcance pretendido para cada um dos cinquenta e um Eixos Temáticos em que a Agenda 21 foi dividida, ou seja, aponta o panorama desejado, numa situação de pleno desenvolvimento sustentável.

Quanto à *Situação Atual* o documento tece um diagnóstico da atualidade de forma genérica e sucinta. Este aspecto generalista, entretanto, não deixa de apontar as responsabilidades intrínsecas dos diversos atores envolvidos.

Em relação aos *Desafios* é apresentado, de forma bem objetiva, o que deve ser feito para superar os entraves ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, na dimensão *Obstáculos* são identificados empecilhos e resistências às mudanças necessárias para a construção de uma sociedade sustentável.

Por fim, estão colocadas as *Propostas*, algumas de forma mais genéricas e outras mais específicas, nas quais são apresentados os principais pontos a serem construídos, modificados ou alterados neste século, no estado do Paraná. Elas são apresentadas sempre no infinitivo, demonstrando a importância em construir uma agenda positiva a ser seguida de maneira efetiva e permanente por toda a sociedade paranaense.

O Glossário reforça o entendimento dos termos citados neste documento a partir do ponto de vista dos membros do Fórum, após pesquisas em diversas fontes.

Importante destacar, finalmente, a relevância do conjunto das propostas, que não se atém apenas nas questões físicas, mas avança em aspectos como a Governança e o Empoderamento da população, em especial por meio das sociedades organizadas, particularmente do terceiro setor, os diferentes fóruns, os conselhos e comitês organizados. Todas estas instâncias e seus atores são importantes instrumentos à formação de uma parceria, junto ao poder público e setor empresarial, para o controle, fiscalização e construção de uma agenda de procedimentos capaz de construir, de fato, a Agenda do Século 21 que levará os paranaenses a uma situação certamente melhor do que aquela hoje encontrada no Paraná.

RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE



Eixos Temáticos:

Biodiversidade

Florestas

Gestão dos Recursos Hídricos

Qualidade e Ocupação do Solo

Proteção da Atmosfera e Qualidade do Ar

Ambiente Marinho

Gestão dos Recursos Naturais

Premissas:

Meio ambiente preservado, conservado, recuperado e plenamente respeitado. Apenas quando a pesquisa e o conhecimento científico justifiquem a necessidade de uso, que o seja de maneira a sempre mantê-lo conservado.

Situação Atual:

as atividades humanas têm causado grandes pressões no ambiente natural, através do desmatamento, poluição, contaminação e até mesmo extinção de espécies, entre outras. Por outro lado, vem aumentando a consciência da necessidade da recuperação, preservação e melhoria dos ambientes naturais e da biodiversidade e a busca por atividades com menor impacto destruidor.

Desafio:

condicionar as atividades humanas, a vida social e o desenvolvimento tecnológico, com as limitações e capacidade de resiliência do planeta. Em outras palavras: aplicar os conceitos de sustentabilidade em todas as atividades humanas.

Obstáculo:

interesses econômicos. Falta de vontade política. Desinteresse e desinformação da sociedade.

1.1. Biodiversidade

Premissas – a preservação da biodiversidade é condição básica para garantir a continuidade da vida, promovendo interação entre as espécies e o meio em que vivem.

Situação Atual – a biodiversidade está ameaçada, sobretudo devido aos impactos negativos das atividades humanas.

Desafio - Identificar atividades que causem impacto negativo à biodiversidade e agir visando alinhá-las com os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Obstáculos - inoperância dos órgãos de fiscalização. Desinteresse e/ou falta de conhecimento da sociedade. Divergência de interesses entre grupos econômicos.

Propostas:

1.1.1 Fortalecer o Sistema de Unidades de Conservação – UC (público e privado), ampliando a quantidade e melhorando a qualidade, principalmente quanto à gestão e fiscalização com a elaboração e implantação de planos gestores em todas as UC.

1.1.2 Fortalecer o programa dos “corredores da biodiversidade” para garantir as trocas genéticas, fundamentais para a conservação da biodiversidade no Estado e a efetiva fiscalização e gestão pública das UC.

1.1.3 Garantir a conservação e, onde couber, preservação e recuperação das áreas frágeis do litoral paranaense, em especial as restingas, estuários e manguezais.

1.1.4 Avaliar qualitativa e quantitativamente os recursos dos ecossistemas, bem como serviços ecossistêmicos, para uma melhor gestão.

1.1.5 Estudar os focos das possíveis doenças causadas aos animais e às plantas, envolvendo os agentes causadores e espécies hospedeiras.

1.1.6 Garantir a aplicação de recursos financeiros destinados à pesquisa em recursos naturais e da biodiversidade.

1.1.7 Rever o termo “espécie exótica invasora” e suas consequências pedagógicas na produção de materiais educativos, cursos de formação de educadores e demais iniciativas do poder

público, com o objetivo de disseminar o ideal da não violência de forma integrada.

1.1.8 Rever as práticas para o controle de espécies exóticas “invasoras” no estado do Paraná, especificamente no que diz respeito ao abate de animais.

1.1.9 Ampliar e aprofundar conteúdos voltados à proteção da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no ensino formal e não formal.

1.1.10 Fazer cumprir a legislação de proibição do comércio e maior fiscalização em relação à retirada ilegal dos animais silvestres do habitat.

1.2. Florestas

Premissas – os remanescentes florestais nativos naturais devem ser conservados/preservados. Ampliar a recuperação de áreas degradadas e a restauração de áreas florestais.

Situação Atual – O processo desordenado de uso e ocupação do solo, somado à expansão da fronteira agrícola, pecuária e extrativista, acarretou na redução e degradação das áreas florestais.

Desafio - deter o desmatamento e recuperar áreas degradadas. Intensificar a fiscalização. Promover a conscientização e a responsabilização da sociedade.

Obstáculo - atividade econômica predatória. Fiscalização deficiente. Falta de conscientização. Tem sido mais vantajoso economicamente explorar do que conservar.

Propostas:

1.2.1. Preservar e recuperar a mata nativa e estimular o reflorestamento de novas áreas.

- 1.2.2. Fortalecer os órgãos de gestão e fiscalização das UC.
- 1.2.3. Criação de programas de incentivo às comunidades locais para manejo sustentável, aonde for permitido.

1.3. Gestão dos Recursos Hídricos

Premissas – A água é um bem público de uso comum devendo ser garantido a sua qualidade e quantidade a todos os seres vivos.

Situação Atual – Grande quantidade dos corpos hídricos está poluída ou contaminada. Além da ausência ou insuficiência de matas ciliares até a falta de proteção das áreas de recarga dos aquíferos.

Desafio - identificar, dar publicidade e deter as fontes de poluição e contaminação. Repor e manter as matas ciliares e demais formas de vegetação protetoras das nascentes.

Obstáculos - empresas e outros domicílios, inclusive atividades agropecuárias, lançando dejetos e outros efluentes nos corpos hídricos. Rios em áreas urbanas canalizados, sem mata ciliar, recebendo todas as cargas de poluentes e contaminantes. Falta de educação ambiental.

Propostas:

1.3.1. Estabelecer e implementar um plano de revitalização e monitoramento dos rios e demais unidades hídricas, nos ambientes urbanos e rurais, garantindo a conservação da qualidade das águas do Estado.

1.3.2. Garantir rede de saneamento básico em todo o estado do Paraná.

1.3.3. Fiscalizar a coleta e tratamento de 100% de efluentes industriais, incentivando o reuso da água.

1.3.4. Efetivar o controle social dos instrumentos de gestão ambiental das águas superficiais e subterrâneas do Paraná, com a participação paritária (no mínimo 50%) da sociedade nos comitês de bacias hidrográficas.

1.3.5. Implementar e fiscalizar a Política e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH, com ênfase na instalação de todos os Comitês de Bacia e dos Instrumentos de Gestão, com destaque para os Planos de Bacia Hidrográfica, enquadramentos dos cursos d'água e a cobrança pelo uso da água.

1.3.6. O Poder Público deve recuperar e garantir a sua participação majoritária e o controle acionário das companhias de saneamento, não permitindo a ampliação percentual da participação privada na gestão acionária; e manter sua função pública de abastecimento e saneamento ambiental sob o controle social da população paranaense.

1.3.7. Revitalizar os fundos de vale e encostas, em programas do poder público em parceria com a comunidade, construindo um projeto para resolução de questões relacionadas à população ribeirinha.

1.3.8. Implementar e divulgar o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial para preservação de córregos e nascentes nas áreas rurais e urbanas.

1.3.9. Incentivar a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal – RPPNM em todos os municípios do estado viabilizando diferentes formas de incentivos.

1.3.10. Realizar os estudos de impactos ambientais (EIA-RIMA) em hidrelétricas de maneira mais rigorosa garantindo sua aplicação, promovendo amplo estudo e discussão acerca dos impactos ambientais e sociais que as mesmas provocam, apresentando formas de minimizá-los. E nas áreas já afetadas diminuir os impactos ambientais, protegendo a biodiversidade.

1.3.11. Ampliar a ação governamental, tanto técnica como de recursos humanos, em todas as esferas de poder, incentivando

a recuperação de áreas de Reserva Legal – RL e Áreas de Preservação Permanente – APP, na forma da lei.

1.3.12. Estabelecer e implementar Programa de Macrodrenagem, de Serviços e de Obras, com vistas ao controle de cheias.

1.3.13. Fortalecer os Sistemas Integrados de Alerta de Cheias em áreas críticas, com o intuito de minimizar impactos ambientais, sociais e econômicos.

1.3.14. Estabelecer e implementar programas de controle de erosão, por meio de projetos, obras e Educação Ambiental, em especial em áreas de fragilidade ambiental, com vistas à preservação da qualidade e quantidade da água.

1.3.15. Estabelecer metas para a recuperação ambiental de todo litoral paranaense.

1.3.16. Incentivar e realizar planejamento físico-territorial dos municípios, dando ênfase à conservação e recuperação de mananciais de abastecimento superficiais e subterrâneos.

1.3.17. Capacitar as pessoas (agentes ambientais comunitários ou técnicos) para preservação de mananciais, bem como motivar os proprietários à conservação ambiental, por meio de incentivos fiscais.

1.3.18. Criar e implantar programas para a melhor utilização dos recursos hídricos (tanto urbano quanto rural).

1.3.19. Reavaliar e elevar o padrão de potabilidade da água, tornando-o mais rígido. Entre os pontos a serem avaliados, encontram-se os níveis de metais, hormônios, antibióticos e produtos químicos e microbiológicos presentes na água.

1.3.20. Capacitação dos três níveis de atores: conselheiros, técnicos e população em geral.

1.3.21. Mapear as áreas de recarga de aquíferos e criar instrumentos de gestão pública e controle social sobre o uso e exploração desses recursos.

1.3.22. Gerar um banco de dados georreferenciado que possibilite o acesso às informações conforme regulamentação vigente.

1.4. Qualidade e Ocupação do Solo

Premissas – o solo, base da existência da diversidade de vida, deve ser preservado, conservado, recuperado e manejado adequadamente, evitando com isso sua contaminação, poluição e degradação.

Situação Atual – O processo desordenado de uso e ocupação pela expansão da fronteira agrícola e pecuária, extração mineral e vegetal, rodovias, ferrovias e vias de acesso, ocorrência de erosão e pela ocupação e expansão urbana impactam diretamente na qualidade e estrutura do solo.

Desafio – rever e promover processos produtivos e de ocupação e uso que revertam a degradação e contaminação do solo.

Obstáculos – Todas as formas inadequadas de uso e ocupação do solo.

Propostas:

1.4.1. Inventariar o quantitativo e o qualitativo de contaminantes e/ou poluentes dos solos de modo geral, com ampla divulgação, a fim de proporcionar sua recuperação e prevenir contaminações.

1.4.2. Fomentar recursos para o desenvolvimento sustentável em áreas fragilizadas.

1.4.3. Garantir e ampliar a fiscalização da utilização dos recursos naturais e promover a recuperação de áreas degradadas.

1.4.4. Garantir o manejo sustentável da extração mineral havendo uma fiscalização eficaz.

1.4.5. Conservar e manejar o solo por meio de técnicas apropriadas e adequadas.

1.4.6. Criar mecanismos visando a erradicação do uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais produtos químicos/fár-

macos na agricultura e outros setores (pecuária, aquicultura e outros), inclusive a pulverização aérea.

1.5. Proteção da Atmosfera e Qualidade do Ar

Premissas – o ar é imprescindível para a manutenção da vida devendo ser garantido sua qualidade para todos os seres, além da própria manutenção climática.

Situação Atual – as atividades humanas têm causado impacto negativo na qualidade do ar, através da contaminação, da poluição e outras formas de degradação.

Desafios – identificar e divulgar as fontes de poluição e de contaminação. Substituir as atividades e os meios que causam maior impacto.

Obstáculos – processos produtivos altamente poluentes. Políticas públicas insuficientes. Pouca pressão popular por falta de divulgação e conhecimento.

Propostas:

1.5.1. Controle e minimização da poluição do ar e a proveniente de queimadas de resíduos e combustíveis urbanos e rurais, odores industriais e aplicação de agrotóxicos.

1.5.2. Incentivar o uso de produtos alternativos e de baixo impacto negativo no transporte, alimentação, higiene pessoal e industriais.

1.5.3. Incentivar pesquisa com intuito de minimizar impactos ao ambiente.

1.5.4. Utilizar os conhecimentos sobre circulação dos ventos para aproveitamento energético e prevenção a riscos e desastres.

1.6. Ambiente Marinho

Premissa – Nosso mar e todo o seu ecossistema protegido.

Situação Atual – poluição marítima. Atividades predatórias. Aumento de consciência sobre a importância do mar. Interferência direta da atividade portuária e turística.

Desafio - cessar toda atividade predatória e poluidora. Manter as áreas preservadas. Recuperar áreas degradadas e poluídas.

Obstáculo - atividades empresariais no litoral e em alto mar. Pouco conhecimento por parte da população sobre a realidade do nosso oceano.

Propostas:

1.6.1. Cessar todas as formas de lançamento de todo e qualquer tipo de efluente com potencial poluidor ou contaminante no ambiente marinho.

1.6.2. Rever as licenças ambientais concedidas a empreendimentos e atividades que causem algum dano econômico, social ou ambiental.

1.6.3. Realizar e divulgar inventário completo do ecossistema marinho, visando sua proteção e recuperação.

1.6.4. Reverter o resultado auferido com atividades econômicas na faixa litorânea e oceânica em benefício da população e do meio ambiente local.

1.6.5. Estabelecer, por legislação específica, que o ambiente marinho e litorâneo é bem público, de uso comum, devendo ser protegido, vedando toda forma de apropriação privada por grupos econômicos, exploração imobiliária, etc.

1.6.6. Realizar e divulgar estudos acerca dos impactos das atividades econômicas e humanas no ecossistema marinho.

1.7. Gestão dos Recursos Naturais

Premissas – a gestão dos recursos naturais deve envolver, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, todas as esferas de governo e a sociedade civil, visando à proteção, preservação, melhoria do meio ambiente e com o uso sustentável dos recursos naturais.

Situação Atual – a gestão dos recursos naturais é deficitária, fragmentada, centralizada, imediatista, atendendo a interesses corporativos e econômicos.

Desafio – definir as atribuições de cada esfera de governo, bem como do setor produtivo, de cada órgão ou instituição e de cada indivíduo.

Obstáculo – corporativismo, descompromisso, terceirização das responsabilidades. Falta de vontade política

Propostas:

1.7.1. Estimular a gestão integrada dos recursos naturais, incrementando e consolidando os comitês de bacias hidrográficas.

1.7.2. Aplicar as leis ambientais e integração entre os órgãos fiscalizadores, bem como capacitação de recursos humanos para implantação e implementação de planos e políticas ambientais.

1.7.3. Desenvolver e disponibilizar tecnologias sustentáveis tanto para conservação e adequação do solo, incentivos, zoneamento agrícola e capacitação principalmente aos pequenos e médios produtores rurais.

1.7.4. Incentivar estudos que busquem a utilização de recursos renováveis, bem como a racionalidade no uso de recursos não renováveis mediante a realização de pesquisa, mapeamento e implantação de banco de dados.

1.7.5. Instalar comitês e subcomitês da reserva da biosfera da

Mata Atlântica e dos comitês e subcomitês das bacias hidrográficas e instalação dos conselhos municipais do meio ambiente e das secretarias do meio ambiente em todos os municípios do Paraná.

1.7.6. Integrar o poder público, setor produtivo, academia e a sociedade civil organizada, para fomentar a sensibilização e capacitação dos envolvidos nas ações de gestão dos recursos naturais considerando a realidade local.

1.7.7. Incentivar as empresas emissoras de gases de efeito estufa – GEE a rever suas práticas no sentido de minimizarem até extinguirem suas emissões.

1.7.8. Reconhecer sistemas, como o Sistema Faxinal, como formas de proteção de biomas, e a manutenção do agricultor no campo, podendo servir como modelo sustentável.

1.7.9. Aplicar tecnologias “limpas” que conciliem a conservação e o desenvolvimento.

1.7.10. Fomentar a pesquisa científica e o monitoramento das diversas espécies da fauna e da flora nativa e exótica da região.

1.7.11. Implantar política pública de arborização em ambientes urbanos com estudo das espécies adequadas.

1.7.12. Aplicação e fiscalização da legislação vigente, monitoramento das atividades e responsabilização dos empreendimentos que causam impacto ambiental, com o objetivo de sensibilizar e minimizar as consequências, prevenir, tratar e reparar os danos ambientais e sociais.

1.7.13. Fortalecer a fiscalização e assegurar a implantação das políticas de compensação ambiental, física e financeira, e a aplicação de seus recursos nos programas, projetos, ações e pesquisas voltadas para a defesa e recuperação do meio ambiente, prevenção de doenças e agravos a saúde e da qualidade de vida da população.

1.7.14. Aumentar o rigor no processo de licenciamento, implantação, avaliação e monitoramento de indústrias e exploração

de bens naturais, e com especial atenção aos empreendimentos de grande impacto ambiental e social.

1.7.15. Estimular o cultivo de espécies nativas para fins ambientais e comerciais.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: É aquela na qual a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agrícola é a principal fonte de renda, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Agrobiodiversidade: O conceito de agrobiodiversidade reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

Agroecologia: É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.

Agrofloresta: É um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” ou “doenças”, dispensando o uso de venenos. Nos Sistemas Agroflorestais, encontramos uma mistura de culturas anuais, árvores perenes e frutíferas e leguminosas, além de criação de animais e a própria família de agricultores, em uma mesma área.

Anel de Integração: Consiste em uma malha de rodovias divididas em lotes interligados, geralmente administrados pela iniciativa privada e mantidos com a cobrança da tarifa de pedágio interligando diversos municípios.

Antropocentrismo: É a linha de pensamento que coloca o ser humano como o “centro do universo”, ou seja, cabe a ele definir como e quando a natureza deve ser usada ou explorada.

Biocentrismo: É o conceito segundo o qual todas as espécies vivas têm o mesmo valor. É uma concepção, segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência. As tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza, enquanto as biocêntricas, os deveres dele diante da natureza. Em outras palavras, a natureza é a titular de direitos.

Biodigestor: É o equipamento pelo qual se pode realizar a fermentação por meio de bactérias, que digerem matérias orgânicas em condições anaeróbicas (ausência de oxigênio) cujo objetivo é a obtenção de biogás e de biofertilizante.

Cadeia Produtiva: É um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço).

Capital Social: É o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. Capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso. Os sociólogos sublinham que o capital social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua e pelas normas efetivas.

Ciclo de Vida: É uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Commodities: São os produtos que em grande volume conquistaram o mercado internacional, tornando-se quase indispensáveis ao consumidor. Podem ser definidas como mercadorias que são produzidas em larga escala e comercializadas em bolsas de valores em nível mundial sendo que seus preços são definidos pelo mercado internacional. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As commodities também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Podem ser: agrícolas, minerais, financeiras ou ambientais.

Compostagem: É a ação pela qual produtos usados ou inutilizados pelo ser humano (restos de alimentos, folhas, poda de árvores ou qualquer outro produto de fácil decomposição) são disponibilizados em local adequado ou em equipamentos apropriados, para transformarem-se em elementos enriquecedores do solo (adubo).

Controle Social: É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas. Um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Corpos Hídricos: É qualquer acumulação significativa de água, usualmente cobrindo a Terra ou outro planeta. O termo Corpo de Água geralmente refere-se a grandes acumulações de água tais como: mares, oceanos e lagos, mas é usado também para rios, lagoas, arroios, poças ou zonas úmidas.

Corredor Ecológico: É uma área que une os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira. O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal.

Desmaterialização: É a redução na quantidade de materiais necessários para atender as funções econômicas na sociedade. Em termos comuns, desmaterialização significa “fazer mais com menos”. Ex: digitalização de documento e informações ao invés de registrá-los em papel, popularização do uso da internet e das redes sociais, a educação à distância, compartilhar quase tudo,

de veículos a sobras de comida, compartilhamento de espaços de trabalho etc.

Economia Solidária: É um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Empoderamento: É a apropriação do poder de emitir opinião e tomar suas próprias decisões no pleno exercício da cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro. Neste contexto, está o conceito do empoderamento social, que se resume em fazer com que tudo seja mais democrático e que a população em geral tenha poder de opinião e decisão.

Especismo: É o ponto de vista de que uma espécie, no caso a humana, tem todo o direito de explorar, escravizar e matar as demais espécies por considerá-las inferiores. É a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. Atualmente é comparável a um ato de preconceito e discriminação.

Extensão rural: É um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida.

Extratrativismo Natural: É a atividade de coleta de produtos naturais, sejam de origem vegetal, animal ou mineral para fins comerciais, industriais ou para subsistência.

Governança: É a referência a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos. A governança opera num plano que engloba a sociedade como um todo.

Incubadora Aceleradora: Consistem em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que têm a função de criar e desenvolver novas pequenas empresas ou microempresas, auxiliando durante todas as etapas iniciais do processo, buscando apoiá-las de acordo com alguma diretiva governamental ou regional. São focadas em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que tenham o potencial para crescerem muito rápido.

Incubadora Tecnológica: É um dos tipos de incubadora. Abrigam empreendimentos inovadores, frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas.

Intermodalidade: É uma operação que se realiza pela utilização de mais de um modal de transporte (marítimo, rodoviário, aéreo, ferroviário e outros). Isto quer dizer transportar uma mercadoria do seu ponto de origem até a entrega no destino final por modalidades diferentes.

Logística Reversa: É o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Obsolescência Programada: É a redução artificial da durabilidade de produtos ou ciclo de vida de seus componentes. Tal estratégia, ilicitamente adotada por alguns fornecedores, visa estimular a aquisição de novos produtos em um curto período de tempo, alavancando, com isso, suas vendas e, conseqüentemente, seu lucro. A ideia é induzir o consumidor a comprar, descartar rapidamente e adquirir outra vez, repetidamente.

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA: É a transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais. Como os benefícios dos serviços ambientais são aproveitados por todos, o princípio é que nada mais justo que as pessoas que contribuem para a conservação e a manutenção dos serviços ambientais recebam incentivos.

Permacultura: É um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Propõe uma “cultura permanente”, ou seja uma cultura que visa a nossa permanência neste planeta em harmonia com a natureza. Possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e compartilhar excedentes.

Práticas Integrativas e Complementares: São conhecidas popularmente como “ramos da medicina alternativa”. Tem o objetivo de garantir a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, além de propor o cuida-

do continuado, humanizado e integrado em saúde, contribuindo com a resolubilidade do sistema de saúde com qualidade, eficácia, eficiência, segurança e participação social no uso. Aumentam a quantidade de recursos que podem ser utilizadas pelos cidadãos. Além disso, colaboram para que a medicina se torne cada vez mais humanizada. No SUS - Sistema Único de Saúde, são elas: a Homeopatia, as Plantas Medicinais e Fitoterápicas, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Medicina Antroposófica e o Termalismo Social-Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reike, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga.

Reciclagem: É o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

Resíduos Sólidos: É o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

Resiliência: É a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum. No contexto da ecologia, a resiliência é a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema.

Royalties: É a taxa ou valor que é pago a uma entidade (pessoa física, pessoa jurídica ou país) pelo uso de um produto ou ideia, de sua criação.

Senciência: É a capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente. Em outras palavras: é a capacidade de ter percepções conscientes do que lhe acontece e do que o rodeia. As sensações como a dor ou a agonia, ou as emoções, como o medo ou a ansiedade, são estados subjetivos próximos do pensamento e estão presentes na maior parte das espécies animais.

Serviços Ecosistêmicos: São os bens e serviços que se obtém dos ecossistemas direta ou indiretamente. Um ecossistema é definido como um dinâmico e complexo relacionamento entre plantas, animais e comunidades de microrganismos e de elementos não vivos (solo, água, ar), todos interagindo em equilíbrio. A estrutura dos serviços ecosistêmicos combina setores econômicos, ecológicos e sociológicos e são divididos em quatro categorias: provisão, regulação, cultural e de suporte. A principal diferença entre serviços ambientais e serviços ecosistêmicos é que, no primeiro caso, os benefícios gerados estão associados a ações de manejo do homem nos sistemas naturais ou agroecossistemas; já os serviços ecosistêmicos refletem apenas os benefícios diretos e indiretos providos pelo funcionamento dos ecossistemas, sem a interferência humana.

Terceiro Setor: São organizações da sociedade civil brasileira, voltadas para causas públicas. É formado por associações e entidades sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPS) tendo como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc., fazendo ações solidárias, possuindo papel fundamental na sociedade. É composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária. As instituições do terceiro setor estão muitas vezes envolvidas com obras de filantropia. O terceiro setor é, em sua maioria, mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas, porém não pode ser substituto da fun-

ção do Estado sendo apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade.

Vivisseção: É o ato de cortar um animal vivo. Com o tempo o termo foi abrangendo outras coisas e significa qualquer procedimento onde você pega um animal vivo, induza um determinado estímulo nele e obtém um outro em troca. Define-se como o ato ou a prática de fazer experiências em animais vivos. O termo vivisseção é usado para englobar as várias categorias científicas e procedimentos médicos feitos em animais, incluindo: testes de medicamentos e outros produtos químicos, pesquisa biomédica ou a criação e morte de animais, direcionadas para retirar e usar partes, tais como válvulas cardíacas ou órgãos.